



BILHETE

do Sindicato

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS METROVIÁRIOS SP – FILIADO À FENAMETRO CUT 19/02/07 Nº 296

Pres.: Flávio Montesinos Godoi. Dir. Resp.: Manuel Xavier Lemos Filho. Redação e revisão: Marcela F. Oliveira, Mtb 45.247-SP. Projeto Gráfico e editoração: Maria Fígaro, Mtb 25.888-SP. Impressão: Herculano Falcão. End.: R. Serra do Japi, 31 - Tatuapé - CEP 03309-000 - São Paulo - SP. F: 6195-3600, Fax: 6198-3233. End.Eletrônico: sindicato@metroviarios-sp.org.br

Vamos garantir a nossa PR

É fundamental que os metroviários que não estiverem trabalhando participem da assembléia desta quinta-feira, 22/2. A categoria vai deliberar sobre a realização de uma greve na terça-feira, 27/2, pelo pagamento da PR ainda neste mês, conforme indicativo da assembléia de 07/2. A mobilização, unidade e organização de todos os metroviários serão imprescindíveis para sairmos vitoriosos de mais esta luta

Conforme já divulgado em outros informativos, o Sindicato já encaminhou a reivindicação do pagamento da Participação nos Resultados referente ao período de agosto de 2006 a julho de 2007, de forma linear e com base em uma folha e meia de pagamento, mas a empresa e o governo do Estado estão dificultando as negociações.

Já desmarcaram duas reuniões desde 9/1 (quando aconteceu a primeira negociação) e propõem mudar para janeiro a dezembro o

período de vigência da PR. Mas, neste caso, ficam devendo os cinco meses referentes à agosto a dezembro/06. Para completar, não apresentam proposta financeira, tentando deixar o assunto na inércia.

Enquanto isso, a quantidade de usuários aumenta, não há reposição no quadro de funcionários, mas o serviço de transporte continua sendo prestado com excelência.

Levando em consideração estes fatores, o Sindicato

alerta os metroviários para a necessidade de intensificar a pressão e deixar claro que sabem o seu valor. É inadmissível que o Metrô e governo Estadual deixem para segundo plano importantes assuntos que envolvem o funcionamento do metrô, como o pagamento da PR dos metroviários, que prestam, e sempre prestaram, serviço de transporte com qualidade e segurança a toda a população.

Todos à assembléia na quinta-feira!

Assembléia quinta-feira, 22/02, às 18h30, no Sindicato

Pauta: Deliberação sobre a greve pela PR, contribuições para a Colônia de Férias e sobre Passivo Trabalhista

Sabotagem: não são os metroviários que fazem

A falha de um equipamento na região de PEN rendeu manchetes em vários jornais terça-feira, 13/2, já que aconteceu no horário de pico de segunda-feira, 12/2, e causou atrasos e filas nas estações. No entanto, faltou manchete para a atitude do DO Conrado, que chamou a polícia para investigar a ocorrência, suspeitando de sabotagem por parte dos metroviários.

Também faltou manchete para o constrangimento que a atuação da polícia causou aos metroviários de

diversas áreas, colocando em xeque o seu profissionalismo.

Ao contrário do que pensa a direção do Metrô, para o Sindicato, esta e outras falhas acontecem pela falta de investimentos na manutenção e modernização dos equipamentos e, numa ocasião como esta, a empresa deveria ter apurado as causas da falha, para depois, e se restassem suspeitas, acionar a polícia.

Os metroviários trabalham pela defesa do transporte público, com

qualidade e segurança, e quem já deu provas suficientes de que quer desmontar a estatal e entregá-la para a iniciativa privada foram, justamente, a direção da Cia. e o governo do Estado.

Por isso, para o Sindicato, falhas no Metrô não devem ser tratadas como casos de polícia, mas sim a entrega do patrimônio público para a iniciativa privada, que trata os cidadãos e trabalhadores como bem entende, sempre visando o lucro.

Sobre pressão do MP, governo Serra paralisa obras da Linha 4

Durante reunião encerrada no dia 15/2, entre o consórcio, Cia, Secretário de Transportes e IPT, o governador José Serra viu-se forçado a recuar, e determinou a interrupção parcial da obra da Linha 4.

O consórcio deverá apresentar Laudos de Verificação Técnica correspondentes a cada frente de obra, a serem elaborados por empresa contratada pelo próprio consórcio e aprovada pelo Metrô. O IPT fará a

auditoria dos laudos apresentados.

Ao final da reunião, as partes assinaram um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), determinando, entre outras coisas, que: “As atribuições que são conferidas ao Metrô pela legislação em vigor, acrescidas das previsões contratuais, referentes à fiscalização da obra em todos os seus aspectos, passam a se constituir obrigações do Metrô neste Termo de Ajuste de Conduta” e “Fiscalizar, no âmbito das suas atribuições, o

cumprimento pelo Consórcio das obrigações por ele assumidas neste Termo de Ajustamento de Conduta”.

Com isso, o Sindicato entende que, a partir de agora, o Metrô tem obrigação de incorporar seu corpo técnico ao gerenciamento e fiscalização da continuidade das obras, deixando de se limitar a observar “não-conformidades”, mas exigindo a pronta correção das irregularidades executadas contrariando o projeto executivo.

Cabine de recarga do Bilhete Único vira armadilha para funcionária

No dia 7/2, uma funcionária terceirizada que faz a recarga do Bilhete Único ficou presa na cabine-cubículo de PSE das 17h até às 5h30, porque não tinha a chave para sair. Os metroviários chegaram a ligar para a Rede Pague Express e Planetek mas, além de não tomar nenhuma providência, a empresa proibiu os metroviários de tomarem qualquer medida, como arrombar a porta ou chamar os bombeiros.

Esta não foi a primeira vez que os funcionários terceirizados passaram por situações como essa. Um deles já teve que urinar em um balde por não poder sair do guichê.

O Sindicato repudia este tipo de tratamento dispensado aos trabalha-

dores e, por isso, luta para impedir que a empresa e o governo estadual privatizem o sistema de arrecadação ou qualquer área da Cia.

Depois deste episódio, a orientação é que os metroviários entrem em contato com o Sindicato sempre que tomarem conhecimento de qualquer irregularidade, para que as devidas providências sejam tomadas.

Os funcionários terceirizados que tiveram seus direitos violados também devem denunciar ao Sindicato, que já entrou com ações no Ministério Público Estadual e na Delegacia Regional do Trabalho. Quanto mais provas forem coletadas, mais fácil será acabar com esta exploração.

Greve vitoriosa

A justiça considerou improcedente a ação que o Ministério Público (MP) impetrou contra o Sindicato cobrando R\$ 15 milhões pela greve de dois dias realizada em 2003. Essa é mais uma prova da legitimidade e justiça da luta dos metroviários. Já a greve de 24 horas que fizemos em 15/8/06 contra a privatização será julgada dia 22/2.